

PROJETO DE LEI Nº 1.357, DE 2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade de aferição dos medidores de energia elétrica utilizados em unidades consumidoras residenciais.

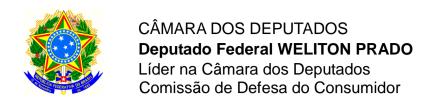
Autor: Deputado LUIS TIBÉ

Relator: Deputado WELITON PRADO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.357, de 2011, de autoria do Deputado Luis Tibé, propõe que as concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço público de distribuição de energia elétrica sejam obrigadas a providenciar a aferição dos medidores de energia elétrica para instalação em unidades consumidoras residenciais.

Estabelece que a aferição deverá ser realizada antes da instalação do medidor e que deverá conter selo de identificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.



Determina, ainda, que as concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço público de distribuição de energia elétrica estarão impedidas de efetuar a cobrança da energia elétrica consumida nas unidades consumidoras residenciais cujos medidores tenham sido instalados após o início de vigência da lei sem que tenham sido cumpridas as novas disposições.

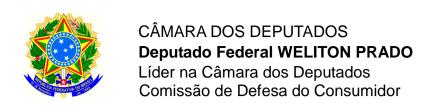
Cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, analisar a questão no que tange à proteção e defesa do consumidor e ao equilíbrio nas relações de consumo.

II - VOTO DO RELATOR

Em toda a história conhecida desde o advento da implantação da energia elétrica nas residências dos cidadãos brasileiros, não temos lembrança de uma elevação tão grande e modo súbito como ocorreu recentemente em nosso país.

Mas a questão principal que motivou a proposta em análise está na justificação do projeto: "... a legislação brasileira não exige das distribuidoras de energia elétrica que providenciem a aferição de todos os equipamentos de medição instalados nas residências brasileiras".

A afirmação supracitada, da justificação do Autor, demonstra que o consumidor fica sujeito a todo tipo de erro nas medições e defeitos nos medidores, o que pode acarretar graves prejuízos financeiros, ainda mais neste momento em que as tarifas estão em níveis estratosféricos.



Acreditamos que a proposta pode ajudar a minimizar os problemas que os consumidores vêm enfrentando com equipamentos defeituosos ou descalibrados. Ainda, é imperioso que o usuário-consumidor pague o que efetivamente consumir e nada mais do que isso, especialmente nesta época de crise e penúria a que está submetida a nação brasileira.

Ante o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.357, de 2011.

Sala da Comissão, em maio de 2015.

WELITON PRADO DEPUTADO FEDERAL – PMB/MG RELATOR